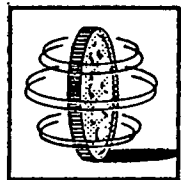


Governo define primeiras medidas do plano

Fazenda estuda corte de US\$ 2,5 bilhões no Orçamento da União, ainda não aprovado

RIBAMAR OLIVEIRA



BRASÍLIA

— Pelo menos três medidas do programa de estabilização econômica já estão definidas pelo governo: um corte de US\$ 2,5 bilhões no orçamento da União deste ano; o uso de US\$ 4 bilhões para o resgate de títulos da dívida pública que vencem em 1993, e o lançamento de um título lastreado pelas reservas internacionais do País.

As outras medidas envolvem uma série de alternativas e ainda estão sendo maturadas, informaram ontem fontes do governo. Entre as que não obtiveram consenso,

até o momento, está a proposta de utilização da variação cambial como indexador geral da economia.

O corte no orçamento de 1993, que sequer foi aprovado pelo Congresso, será necessário para compensar as vinculações feitas pelos parlamentares na receita do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). As negociações em torno do imposto vincularam 20% da receita do IPMF à construção de habitações populares e 18% à área de educação. O governo aceitou esta imposição do Congresso, mas pretende cortar um montante de recursos equivalente nas transferências voluntárias a Estados e Municípios.

O ministro da Fazenda, Paulo Haddad, já decidiu que

vai utilizar cerca de US\$ 4 bilhões no resgate dos títulos da dívida mobiliária federal que vencem este ano, a metade do total de títulos que vencem em 1993. Haddad pretendia utilizar 50% do dinheiro que seria arrecadado com o IPMF para resgatar a dívida mobiliária. Como o Congresso disse não, o ministro partiu para a alternativa do corte no orçamento.

Renegociação — O governo vai também renegociar a dívida mobiliária, por meio da troca dos atuais papéis por outros lastreados nas reservas cambiais. O processo será semelhante ao adotado na renegociação da dívida externa. O mercado trocará esses papéis de forma voluntária, na data de vencimento, por outro de

prazo mais longo. A idéia é utilizar cerca de US\$ 4 bilhões das reservas internacionais do País.

A equipe econômica está convencida de que não será possível derrubar a inflação sem um “tranco” nas expectativas do mercado. Mas não há consenso ainda sobre a alternativa a ser adotada. Uma corrente defende o uso da variação da taxa de câmbio como indexador geral da economia — a famosa “âncora” pedida pelos economistas. Há resistências a esta idéia, inclusive porque implicaria mexer na Constituição. Outra corrente defende a prefixação de preços e salários com um redutor mensal. O ministro Haddad espera decidir o caminho a ser seguido ainda em março.